

InformeDESIN

Boletim 936/2016 – Ano VIII – 08/03/2016

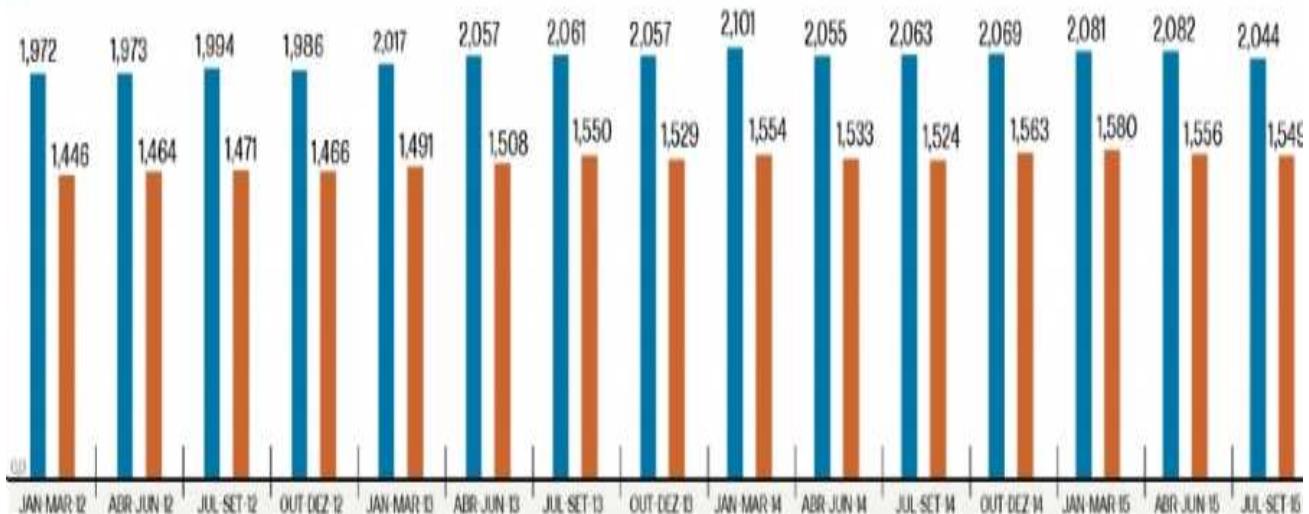
DCIwww.dci.com.br

No Brasil, mulheres ganham menos e são maioria entre os desempregados

Dados de renda, emprego e presença em cargos de chefia mostram que é grande a diferença entre os gêneros no mercado de trabalho brasileiro; especialistas explicaram que ocorre discriminação

DESIGUALDADE

Rendimento médio do trabalho principal de homens e mulheres no Brasil ▶ Em R\$

Homem**Mulher**

FONTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

São Paulo - A distância entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro ainda é grande: elas ganham menos, pagam mais impostos, são maioria entre os desempregados, minoria entre os que têm emprego e ocupam menos cargos de chefia.

InformeDESIN

De acordo com o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trimestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os salários dos brasileiros superam em 24% os ganhos mensais das brasileiras. E a disparidade do rendimento é apenas parte do problema.

"O que temos hoje, no mercado de trabalho, é um grande teto de vidro: as mulheres avançam até determinado ponto e, depois, não sobem mais", disse Marilane Teixeira, economista da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A especialista explica que ainda existe discriminação por grande parte dos empregadores no País. Os empresários deixariam de contratar mulheres porque elas podem ter carreira "mais intermitente", precisando de mais tempo para lidar com atribuições familiares, filhos e demais tarefas domésticas.

As próprias brasileiras, inclusive, acabam buscando empregos mais flexíveis, "mais próximos de casa, ou que possam ser realizados em âmbito doméstico", para dar conta de funções não relacionadas ao emprego, complementou Teixeira.

Esses fenômenos serviriam também para explicar a baixa inserção feminina em cargos de chefia. Segundo pesquisa da Grant Thornton, apenas 15% dos cargos no topo das empresas são ocupados por mulheres no Brasil. O País ficou na antepenúltima posição entre as nações estudadas, atrás, entre outros, de Argentina (16%), Nigéria (21%), África do Sul (27%) e Rússia (40%).

No relatório que acompanha as estatísticas, os pesquisadores da Thornton ressaltaram que o baixo número de mulheres empregadas tem impacto econômico negativo para o desenvolvimento dos países. "Quando uma nação está empregando apenas a metade das pessoas mais talentosas, ela imediatamente corta seu potencial de crescimento".

Para Maria Aparecida Bento, do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), existe um "estereótipo de comando" nas empresas brasileiras. "Há uma ideia de que os postos mais elevados devem ser preenchidos por homens, em geral brancos. E isso acontece ainda que as mulheres tenham escolarização maior no Brasil".

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de mulheres que ingressam no ensino superior supera o de homens. Os últimos dados mostraram que o percentual médio de ingresso de alunas é de 55%. O índice é ainda maior entre os concluintes, alcançando 60%.

Informe DESIN

Impostos

No Brasil, o desenho do sistema tributário, que exige esforço maior de quem ganha menos, complica ainda mais a situação para as mulheres.

Teixeira lembrou que a distorção se deve ao peso dos impostos indiretos, "que recaem de maneira igual para quem tem salários altos e para quem tem salários menores". A pesquisadora concluiu: "cerca de 30% das mulheres recebem até um salário mínimo, dez pontos percentuais acima dos homens. Como elas ganham menos, acabam pagando, proporcionalmente, mais".

Os números de emprego também não favorecem as brasileiras. Segundo a PNAD, há 52,433 milhões de homens empregados no Brasil, ante 39,656 milhões de mulheres. Já entre os desempregados, elas são maioria: 4,601 milhões mulheres não encontram trabalho, situação vivida por 4,378 milhões de homens.

Soluções

A importância de políticas públicas para diminuir a distância entre os gêneros no mercado de trabalho também foi destacada pelas entrevistadas.

De acordo com as especialistas, é necessária uma agenda política que aborde a divisão de tarefas domésticas nas famílias, problema cultural que originaria a desigualdade entre homens e mulheres.

Outro possível atenuante seria a ampliação da quantidade de creches pelo País, insuficiente na maior parte das cidades brasileiras.

Também foi abordada a discussão sobre o possível aumento do tempo de trabalho necessário para que as mulheres possam se aposentar, equiparando a quantidade à estabelecida para os homens.

"Contando com as tarefas domésticas, as mulheres trabalham, em média, 6 horas a mais que os homens por semana, faz sentido que o tempo necessário [para se aposentar] seja menor", disse Teixeira.

Renato Ghelfi

InformeDESIN

TST mantém testemunha apesar de amizade virtual

Se antes Judiciário dava maior peso aos contatos e fotos no meio virtual, hoje tendência é de avaliação cautelosa. Contato de colegas de trabalho em rede social não caracteriza amizade íntima, dizem especialistas

São Paulo - A Justiça do Trabalho está firmando o entendimento de que uma testemunha não pode ser descartada apenas por manter contato em rede social com o autor da ação trabalhista. Essa posição foi reafirmada no dia 24 de fevereiro pela quinta turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST). No caso, uma auxiliar de costura que processava sua ex-empregadora apresentou como testemunha para o processo uma colega com a qual mantinha contato na rede social Facebook e no WhatsApp. Além de indicar que as duas mantinham contato em redes sociais, a empresa processada não apresentou outros indícios da amizade íntima entre as duas. No processo, a testemunha chegou a reconhecer a amizade mas afirmou que não frequentava a casa da autora.

Com base nisso, o ministro relator do caso, Emmanoel Pereira, manteve a testemunha válida. Ele complementou ainda que se o contato em rede social por si só caracterizasse amizade íntima, "não restariam pessoas aptas a servir como testemunhas compromissadas na Justiça do Trabalho". Para o sócio do Có Crivelli Advogados, Antonio Carlos Bratefixe Junior, esse tipo de discussão tem sido frequente, mas já há tendência no sentido de que o Judiciário deve sim exigir mais provas para aceitar a impugnação de testemunha. "Antes, quando se juntava uma foto da reclamante com a testemunha havia boa chance de que ficasse caracterizada a amizade íntima. Hoje, a posição é de que a rede social sozinha não forma um elo de amizade concreto", aponta ele.

O advogado e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Paulo Sergio João tem visão parecida. Para ele, a jurisprudência está passando por um processo de depuração. "Está se percebendo que o amigo da rede social não é o mesmo amigo que a lei proíbe", diz. Ele explica que a amizade íntima ocorre "da porta de casa para dentro" e que exemplos clássicos são o apadrinhamento de um filho ou mesmo uma relação amorosa. "Ir num churrasco na casa da testemunha caracteriza amizade íntima? Não necessariamente.

"Isso demonstra amizade, mas não amizade íntima", complementa o professor. Por outro lado, Bratefixe aponta que a prova adquirida via rede social, dentro de um conjunto de outras provas, continua sendo válida para a construção de defesas trabalhistas. Nesse sentido, ele diz que tudo que está nas redes pode ser aproveitado. Em um caso em que atuou, o advogado aponta que a testemunha acabou sendo impugnada com base num vídeo publicado no YouTube, em que testemunha e reclamante apareciam tocando na mesma banda. "O fato de terem uma banda em conjunto evidenciou que eles eram bem mais do que simples colegas - eram quase sócios", afirma Bratefixe.

Roberto Dumke

(FONTE: DCI dia 08/03/2016)

4

InformeDESIN

 ESTADÃO.COM.BR

A situação da mulher no trabalho

José Pastore*

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. De maneira recorrente, as estatísticas apontam uma incômoda diferença de remuneração entre homens e mulheres. Pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2014, o rendimento médio mensal dos homens de 15 anos ou mais de idade foi de R\$ 1.987 e das mulheres, de R\$ 1.480. A diferença é 24% em favor dos homens, apesar de as mulheres serem mais escolarizadas. É interessante notar que essa é a mesma diferença encontrada entre os rendimentos de homens e mulheres nos EUA. Será que toda ela é produto da discriminação?

Estudos mais acurados mostram que a discriminação pesa bem menos do que se supõe quando se leva em conta a natureza das profissões, a experiência profissional e as horas trabalhadas por homens e mulheres. Vejam os seguintes exemplos.

A diferença de remuneração das médicas é quase 30% inferior à dos médicos. Ocorre que nessa categoria profissional estão incluídos médicos clínicos e cirurgiões. Quando se analisam os rendimentos separadamente, a diferença entre mulheres e homens cai para menos de 5%. O mesmo ocorre entre os advogados. A diferença de 15% entre advogadas e advogados se reduz a apenas 4% quando se separam os profissionais que trabalham em empresas e organizações não lucrativas (maioria de mulheres) e os que trabalham em escritórios próprios e na defesa de pessoas físicas e jurídicas que pagam altos honorários (Claudia Goldin e Lawrence Katz, *Women in the workplace*, citado pela revista The Economist, 5/11/2015).

As diferenças vão se reduzindo na medida em que se consideram a experiência profissional, o tempo dedicado à profissão e os afastamentos em razão da gravidez. No

InformeDESIN

conjunto, cai o peso da discriminação.

Um estudo realizado no Brasil e usando a mesma metodologia chegou a resultados semelhantes. Ao levar em conta as diferenças nas profissões, experiência, horas de trabalho e outros fatores de controle, a diferença de 20% encontrada entre a remuneração de homens e mulheres no Rio Grande do Sul caiu para 7% (Guilherme Stein e Vanessa Sulzbach, Relatório sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, 2001-13, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2015).

Ao considerar os dados obtidos nos dois estudos, pode-se conjecturar que a discriminação contra a mulher é ligeiramente maior no Brasil do que nos EUA. Mas é importante notar que nos dois países a maior parte das diferenças de remuneração se deve a fatores que nada têm a ver com discriminação.

As constatações acima não encerram o longo debate sobre as dificuldades da mulher no mercado de trabalho. Os que valorizam o peso da discriminação argumentam que a própria entrada em profissões (menos rentáveis) e os afastamentos por causa da gravidez não são escolhas voluntárias das mulheres. Na verdade, refletem tendências culturais arraigadas na sociedade moderna. Se os homens dedicassem mais horas aos trabalhos domésticos e se as sociedades oferecessem mais creches, as mulheres poderiam entrar em profissões mais demandantes de tempo e que, por sua natureza, geram mais renda aos seus ocupantes. De fato, a Pnad de 2014 indicou que não mais de 46% dos homens ajudam nos afazeres da casa. Entre as mulheres, essa proporção sobe para 88%.

Essa discussão é infundável. Por ora me parece importante destacar que grande parte das diferenças de remuneração entre homens e mulheres decorre de fatores objetivos relacionados às profissões e ao exercício delas. Se fosse tudo devido a gênero, é provável que as empresas, para a realização das mesmas tarefas, contratariam apenas mulheres 6

Informe DESIN

que ganham menos em lugar de contratar homens que ganham mais. Mas não é bem assim. Isso porque os principais fatores que contam para a referida diferença têm que ver com fatores objetivos como os acima indicados.

*** Professor da FEA-USP, é presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP e membro da Academia Paulista de Letras**

Projeções de queda do PIB este ano já superam os 4%

Safra de números negativos no início deste ano provocou revisões nas expectativas para a economia feitas por consultorias e bancos

LUIZ GUILHERME GERBELLI E MARCIA DE CHIARA - O ESTADO DE S.PAULO

A economia brasileira deverá ter em 2016, segundo analistas, uma recessão até mais forte do que a registrada no ano passado, quando o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 3,8%. Nas projeções de bancos e consultorias, a queda da atividade pode até passar de 4% neste ano. Além disso, sem uma mudança de cenário, a avaliação é que pode haver mais um recuo também em 2017.

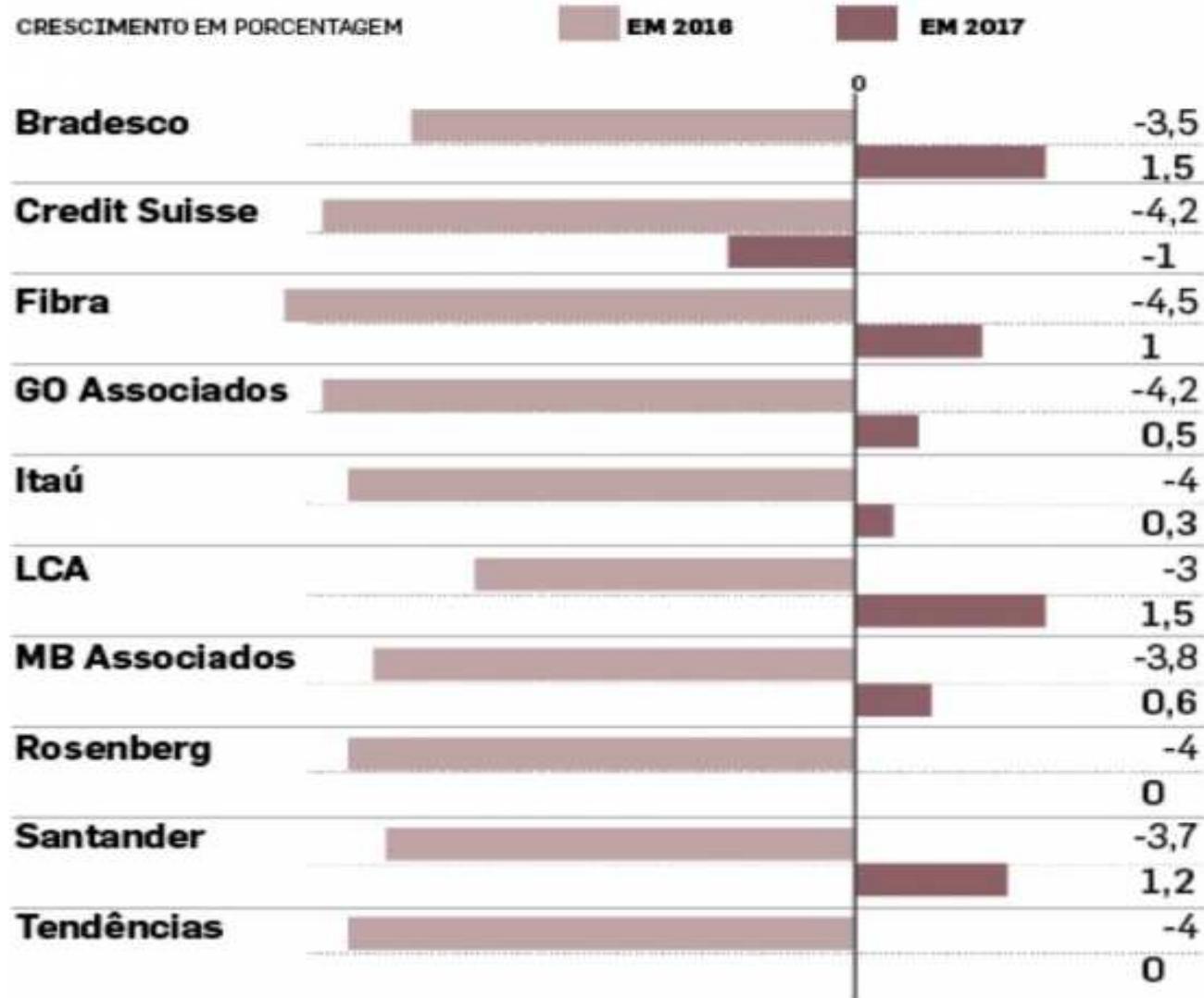
A safra de números negativos da economia no início deste ano provocou as revisões, para baixo, nas projeções para o PIB. Entre as razões apontadas para a mudança está a piora da indústria, do varejo e do crédito.

Na sexta-feira, o Credit Suisse reduziu a projeção para o PIB de 2016, de uma contração de 3,5% para 4,2%. Em 2017, a economia brasileira deve sofrer uma queda de 1%. “Os principais indicadores de atividade continuam a sugerir deterioração adicional da economia no primeiro trimestre”, informou o banco em relatório.

InformeDESIN

QUEDA LIVRE

- Bancos e consultorias preveem mais um ano difícil; recessão em 2017 não está descartada



FONTE: BANCOS E CONSULTORIAS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

InformeDESIN

Projeções

A Rosenberg Associados também piorou a perspectiva para 2016. Nos últimos dias, a consultoria revisou a projeção para o PIB de 2016 de -3,5% para -4%. "Em janeiro e fevereiro, a produção industrial foi muito ruim", diz Thaís Zara, economista-chefe da Rosenberg. Só a produção de veículos no primeiro bimestre recuou 31,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. "O comércio varejista também começou o ano mal", afirma. Em janeiro, ela projeta uma redução de 7,9% no volume do varejo restrito (não inclui automóveis nem material de construção) em relação ao mesmo período de 2015.

A indústria e o varejo vão continuar emagrecendo neste ano por causa do tombo que houve no crédito, um dos motores do crescimento da economia nos últimos anos. Nas contas do diretor de pesquisa da GO Associados, Fabio Silveira, houve uma retração de 7,7% no crédito ao consumidor em janeiro deste ano comparado ao mesmo mês de 2015. "O crédito irriga 60% do PIB. Com essa retração, tiraram a escada", diz Silveira. Ele revisou a projeção do PIB deste ano de -3,5% para -4,2%.

Política. A projeção para o desempenho da economia pode piorar ainda mais, dependendo do desenrolar da política. Para os analistas, se houver uma atenuação da crise política, reformas importantes podem começar a sair do papel e, consequentemente, causar uma melhora das expectativas para a atividade. "Só um ambiente político mais harmonioso, que permita o avanço de algumas relevantes reformas, poderia encurtar esse longo ciclo de crescimento baixo", diz Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco. O banco estima uma retração de 3,5% neste ano, mas projeta um crescimento de 1,5% no ano que vem, em um cenário com uma atenuação da crise política.

'Só um ambiente político mais harmonioso, que permita o avanço de algumas relevantes reformas, poderia encurtar esse longo ciclo de crescimento baixo', diz Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco

InformeDESIN

Sustentabilidade. A MB Associados projeta queda de 3,8% no PIB deste ano e um crescimento de 0,6% em 2017, se a presidente Dilma Rousseff deixar o cargo. No caso dela continuar, a retração pode chegar a 4,9% este ano e a 1% em 2017. “A presidente não consegue mais liderar qualquer tipo de mudança na economia, muito menos reformas”, diz Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Mesmo os economistas que estimam um desempenho da economia um pouco melhor em 2017, avaliam que não se trata de algo sustentável. “É preciso uma retomada da confiança que traga os investimento de volta”, diz Maurício Molan, economista-chefe do Santander. O banco espera avanço de 1,2% em 2017.

Queda nas vendas faz pequeno varejo demitir

Micro e pequenas empresas do comércio cortaram 34,4 mil postos de trabalho no mês de janeiro

VIVIAN CODOGNO, O ESTADO DE S. PAULO

Em janeiro, o empresário Marcelo Doria precisou tomar uma decisão que protelava há meses: demitiu 12 dos 92 funcionários do Depósito da Lingerie, negócio que mantém há 18 anos.

A crise fez com que a empresa não crescesse em 2015. Por isso, diz Doria, a redução de pessoal foi inevitável.

Sergio Castro/Estadão

O movimento de fechamento de postos de trabalho atingiu em cheio o varejo no início do ano. Os micro e pequenos empresários do comércio fecharam 34,4 mil postos de trabalho em janeiro. O setor liderou as demissões no mês.

Informe DESIN

O resultado, considerando microempreendedores de todos os setores, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), foi de uma redução de 45% na geração de empregos, em relação a janeiro de 2015. Ao todo, foram geradas 11,6 mil vagas no mês.

A crise começou a chegar às empresas de pequeno porte no segundo semestre do ano passado. O movimento de demissões foi sentido a partir de agosto e não foi interrompido nem no fim de 2015.

Em dezembro, as micro e pequenas empresas demitiram 297,6 mil funcionários. Os dados fazem parte de um levantamento do Sebrae Nacional, com base em informações do Ministério do Trabalho.

Quem vive a retração do mercado na pele não acredita que o movimento de corte de mão de obra tenha acabado. No Depósito da Lingerie, Doria afirma que a queda nas vendas é “generalizada”. Ele não trabalha mais com a hipótese de que a empresa vá se recuperar até o fim deste ano. “Não estamos preparados para suportar (a crise). O cenário é desfavorável em todos os sentidos.”

Em meio à crise e à falta de perspectivas, o empresário enfrenta outro desafio: manter a equipe motivada. Para discutir a situação atual, Doria promove reuniões semanais com toda a equipe. Nos encontros, ele faz até apresentações em power point em que explica o cenário social, político e econômico do Brasil aos trabalhadores.

Dificuldades. A falta de otimismo do pequeno empresário neste momento é explicado pelo fato de a maior parte das companhias de pequeno porte não ter fôlego financeiro para compensar a queda nas vendas.

“Há uma defasagem em relação às grandes empresas, porque as MPEs dependem muito da demanda – e a demanda resistiu no primeiro momento da crise”, explica Rosa Maria Marques, especialista em Economia do Trabalho e professora da PUC-SP. “A queda (na geração de empregos) não é de se estranhar, está acompanhando a economia.”

O presidente do Sebrae Nacional, Guilherme Afif Domingos, diz que as demissões nas micro e pequenas empresas acontecem como “última opção” de corte por parte do empreendedor. “O custo da demissão é muito alto para essas empresas. Elas reduzem margem, desfazem sociedades, tudo antes de demitir”, explica Afif.

(FONTE: Estado SP dia 08/03/2016)

Informe DESIN

FOLHA DE S.PAULO

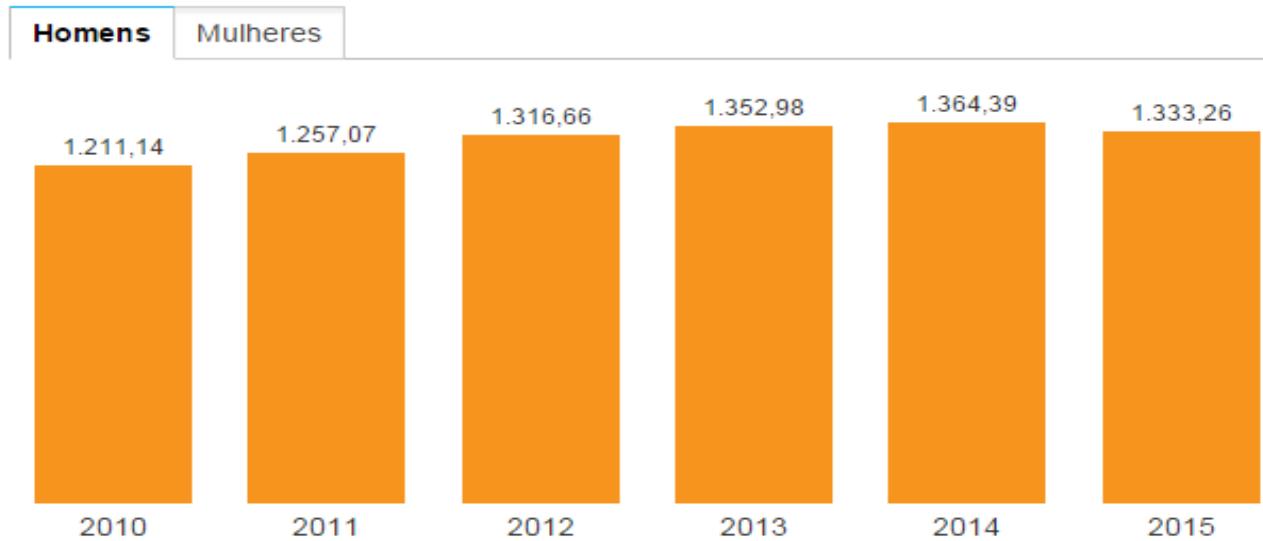
Salários de homens e mulheres se aproximam com piora do emprego

A diferença do salário de admissão de homens e mulheres diminuiu pelo segundo ano consecutivo. Em 2015, ela ficou em 12,10%, apontam dados do Ministério do Trabalho referentes ao mercado formal de empregos. A aproximação se deu porque a remuneração dos homens se deteriorou mais. O salário inicial masculino caiu 2,3%, e o feminino, 0,34%.

Em janeiro, os homens ingressaram no mercado com um salário R\$ 100 mais baixo do que o valor de entrada dos demitidos –ou seja, o rebaixamento continuou.

A FENDA

Cai diferença de salários de admissão
Remuneração de admissão (em R\$)

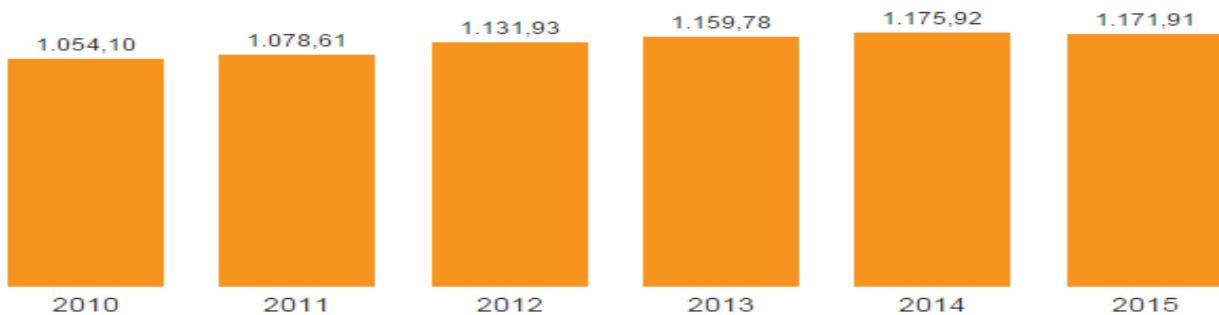


Fonte: MTE
Confira mais infográficos da Folha

Informe DESIN

Homens

Mulheres



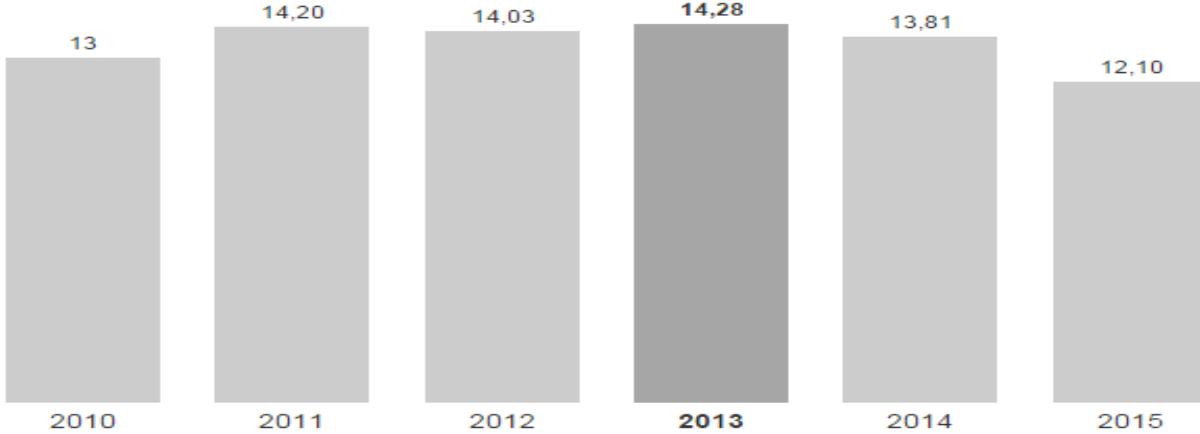
Fonte: MTE
Confira mais infográficos da [Folha](#)

Entre as mulheres, a tendência foi a mesma, mas a piora foi de R\$ 70. "As atividades mais atingidas pela crise são indústria e construção civil, tradicionalmente masculinas", diz Lucia Garcia, coordenadora de pesquisas do Dieese (centro de estudos dos sindicatos).

Nem todas as crises aproximam os salários em níveis baixos, segundo Nadya Guimarães, do Cebrap (centro de análise e planejamento). "Nos anos 1990, houve demissões em empresas, e o setor industrial era maior", mas na época, homens não perderam relativamente mais, diz. Como as mulheres já ganham um salário próximo do mínimo, há mais espaço para reduzir ganhos masculinos, afirma João Saboia, economista da UFRJ.

A FENDA

Cai diferença de salários de admissão
Diferença (em %)



Fonte: MTE
Confira mais infográficos da [Folha](#)

(FONTE: Folha de SP dia 08/03/2016)

13

InformeDESIN

DIÁRIO DE S. PAULO

10 *Nem mesmo o mar e o infinito*

DIÁRIO

SINDICAL

Energia_ Leiturista pode virar função de risco

O presidente da Força Sindical, deputado federal Paulo Pereira da Silva (SD-SP), apresentou ao Sindicato dos Eletricistas de São Paulo um projeto de lei, de sua autoria, que inclui no rol das atividades perigosas a profissão de leiturista de energia. O PL defende o pagamento adicional de periculosidade de 30% sobre o valor do piso salarial, já que o risco de descarga elétrica durante a leitura é grande, conforme o sindicato. Os leituras de gás também foram incluídos no texto. Se aprovada, a lei beneficiará ao menos três mil funcionários no estado e 60 mil em todo o país.

Reprodução



Federação_ Bancários têm nova diretoria até 2020

Durante o 6º Congresso Interestadual da Federação dos Bancários de São Paulo e Mato Grosso do Sul (foto), realizado no Centro da capital, no final da última semana, foi apresentada a nova diretoria da entidade, presidida por Davi Zala. Ele permanecerá no cargo até 2020. No evento, Zala falou da crise econômica e destacou a importância da mobilização dos trabalhadores na defesa dos empregos e dos direitos conquistados. "Os trabalhadores, em geral, vivem um momento muito preocupante. Já são quase 10 milhões de desempregados e a perspectiva é de que este ano isso possa se agravar ainda mais", enfatizou o presidente.

Fórum da Previdência 'exclui' os aposentados

Entidades emitem nota de repúdio contra decisão de limitar agenda de debates aos técnicos

As entidades sindicais ligadas à Força Sindical, UGT (União Geral dos Trabalhadores) e Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas), que representam os aposentados, pensionistas e idosos brasileiros, divulgaram, ontem, uma carta de repúdio ao governo federal por terem sido "excluídos" do cronograma de debates do Fórum sobre as Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência Social. Hoje ocorre a primeira reunião que vai analisar as sete medidas propostas pelo Planalto, em Brasília.

Conforme o presidente do Sindnapi (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical), Carlos Ortiz, a atitude do Planalto "esvazia o sentido democrático do fórum". "Quando participamos da primeira reunião (em 17 de fevereiro), já ficamos meio de escanteio. Agora, nos excluíram alegando que a discussão será entre técnicos", disse o dirigente.

Na última terça-feira, representantes dos trabalhadores, governo e empresários aprovaram o cronograma dos encontros, que será concluído em abril. Os temas a serem debatidos, hoje, serão "Demografia e Idade média das aposentadorias" e "Previdência rural: financiamento e regras de acesso".

As entidades sindicais estarão representadas, conforme o governo, pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). "Isso é uma sacanagem, até porque a Cobap tem técnicos que podem acrescentar no assunto. Não vamos aceitar essa exclusão. É chegar no Congresso e todas as medidas serão barradas", ameaçou Ortiz.

O Fórum da Previdência foi criado em 2015, por meio de decreto, para elaborar um plano de recuperação para o país, que vive atualmente a pior recessão econômica dos últimos 25 anos.

No texto que instituiu a medida, ficou determinada a participação dos representantes dos aposentados. "Fica ins-

tituído o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social com a finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Poder Executivo federal com vistas ao aperfeiçoamento (...)." Das principais centrais sindicais

brasileiras, a única que não assinou a nota de repúdio conjunta foi a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Todos os pontos de mudança sugeridos para uma reforma da Previdência são contestados pelas entidades que a lista abaixo). O Planalto não se manifestou sobre a crítica das entidades até o fechamento desta edição.

Cronograma de debates

Tema	DATA
Demografia e Idade média das aposentadorias	8/3
Previdência Rural: financiamento e regras de acesso	8/3
Regimes próprios de Previdência	15/3
Pensões por morte	15/3
Diferença de regras entre homens e mulheres	22/3
Financiamento da Previdência Social	29/3
Convergência dos sistemas previdenciários	5/4
Apresentação de relatório	8/4

Fonte: governo federal

DSP



Presidente do Sindnapi, Carlos Ortiz exige participação da entidade nos debates do fórum

Divulgação